

**UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A IMPORTANCIA DA
INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL
BRASILEIRA.**

**Joyce Ribeiro Chagas dos Santos
Mirele de Pais Amorim de Santana
Stella da Silva Korres**

Orientador: Dr./ Evandro Prestes Guerreiro

**SANTOS / SP
2019**

**Joyce Ribeiro Chagas dos Santos
Mirele de Pais Amorim de Santana
Stella da Silva Korres**

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A IMPORTANCIA DA
INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL
BRASILEIRA.**

Trabalho de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas - ICH da Universidade Paulista como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Dr./ Evandro Prestes Guerreiro

**SANTOS / SP
2019**

Korres, Stella da Silva.

Serviço Social na Educação: A importância da inserção
do Serviço Social na política educacional brasileira

Santos, Joyce Ribeiro Chagas/ Santana, Mirele de Pais
Amorim/ SP, 2019. 50 p.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso)
Universidade Paulista - UNIP, 2019.

Instituto de Ciências Humanas – ICH
Curso de Serviço Social

Orientador: Dr./ Evandro Prestes Guerreiro

1. Social.
2. Política .
3. Educação.

Curso de Serviço Social
UNIP / Campus Santos / Período Matutino

2019

JOYCE RIBEIRO CHAGAS DOS SANTOS
MIRELE DE PAIS AMORIM DE SANTANA
STELLA DA SILVA KORRES

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A IMPORTANCIA DA
INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL
BRASILEIRA.**

Comissão Examinadora:

Ana Lúcia dos Santos, Gisele Silva Soares e Evandro Prestes Guerreiro.
Examinador (1)

Dr. Evandro Prestes Guerreiro
Examinador (2)

Ms. Ana Lúcia dos Santos
Examinador (3)

Dr. Gisele Silva Soares
Coordenador de Curso

Observações: _____

DATA DA APROVAÇÃO: 15 / Maio / 2019

Dedicamos este trabalho aos nossos familiares,
professores e orientador.

AGRADECIMENTOS

A conquista deste trabalho só foi possível graças: Ao meu Deus quem tem me sustentado até aqui, e com grande fé e amor nunca me deixou só onde todas as conquistas até aqui devo ao meu Senhor que sempre tem sido presente em minha vida. Sua misericórdia tem me acompanhado todos os dias de minha vida me encorajando para vencer.

A minha família, minha mãe Angelita Ribeiro, meu pai Lucio Flavio e meus irmãos Layssa e Lucio jr, meu cunhado Miguel e minha sobrinha Maithê obrigado pelo apoio a compreensão nos momentos difíceis, por acreditar que eu poderia chegar até aqui e sempre me dizer que eu posso ir cada vez mais longe. Amo vocês além do universo minha base minha estrutura familiar.

A todos os professores que nestes tres anos e meio passaram seus conhecimentos através de aulas, sempre tiveram disposição para nos acompanhar, ao nosso orientador Evandro que passou pela nossa sala sempre disposto a ensinar e passar seu conhecimento, a tutora Ana Lúcia, Fausta que tem nos acompanhado até os últimos dias de aula, onde não tem medido esforços para nos ajudar e nos mostrar como ser um grande profissional, meu muito obrigada a todos!

Também dedico este trabalho a todos meus companheiros de sala que nestes três anos e meio se tornaram pessoas inesquecíveis em minha vida onde quero levar por toda a minha vida a amizade verdadeira que construímos ao longo da vida acadêmica. Muito obrigada a todos meus amigos de perto e até mesmo de longe que me deram muita força e incentivo.

Em especial ao meu grupo de TCC Stella e Mireli, obrigada pela paciência e pela amizade de sempre, mesmo com desentendimentos permanecemos juntas. Stella sem palavras pra você, estamos juntas sempre, obrigada por sempre me ouvir, obrigada por todo ombro amigo, cada desabafo e cada conselho, sou grata a Deus por sua amizade. Mireli obrigada por toda ajuda também, por nossos momentos de madrugada, pelos ônibus juntas, por tudo, quero amizade de vocês pra vida.

Agradeço também a todos profissionais do CRAS , nesse percurso estagiei desde começo, meu supervisor de campo João um excelente profissional, aprendi muito

com ele. A minha coordenadora e agora supervisora Dona Valéria, uma pessoa incrível um ser humano iluminado, só tenho gratidão por vocês.

As coisas que o olho não viu, e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem, são as que Deus preparou para os que o amam.
1 Coríntios 2:9

Enfim agradeço a todos que de forma direta e indireta, fizeram parte desta conquista meu muito obrigado!!!

Joyce Ribeiro Chagas dos Santos

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus pela oportunidade de fazer essa faculdade, minha mãe Ana Paula por ter acreditado em mim e sempre me apoiar em todas as etapas da faculdade. Agradeço também ao professor Evandro Prestes por cada orientação e ajuda, sem ele esse tcc não seria possível, as professoras Fausta e Ana Lúcia pela dedicação e paciência de nos ajudar e orientar. Sou grata também as minhas amigas de grupo pela comunhão do trabalho em equipe.

Mirele de Pais Amorim de Santana

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a minha família.

Foi muito cansativo e muito difícil conseguir concluí-lo. Praticamente todos os dias acordando cedo para ir pesquisando as coisas do tcc, chegando muitas vezes atrasada nas aulas, em seguida, depois da faculdade, ir correndo para o estágio, para quando chegar a noite, voltar para a faculdade para retomar as pesquisas.

Conforme isto, ao longo dos dias, me sentia cada vez mais cansada fisicamente e psicologicamente, mas mesmo assim, toda vez que eu chegava em casa, meus irmãozinhos (Gugu e Nanan) me recebiam com „“ Tetéia, ebaa. Vamos brincar!?” “” Eu via aqueles dois pentelinhos sorrindo e, isso me dava forças para continuar.

Agora estou aqui, muito feliz por ter conseguido concluir este Trabalho de Conclusão de Curso e, logo, logo, me tornar uma Assistente Social.

Agradeço também, aos colegas da faculdade, especialmente, a Francisca, Maria Vitória, o Anderson, a Joyce e Mirele, por estarem sempre me ajudando, independente da situação.

Agradeço também as excelentes e brilhantes professoras e assistentes sociais, Fausta Mello e Ana Lúcia, pela jornada durante esses 3 anos e meio, pelos aprendizados, pelas risadas, pelas broncas, entre outros.. Ao professor Diogo Sampaio, por ter sido um professor maravilhoso e atencioso e, ao Evando Guerreiro, professor e orientador, que nos ensinou e nos proporcionou eventos em que pudemos mostrar um pouquinho de algum tema do curso de Serviço Social, como o Social Meeting Some 2018..

Agradeço também aos demais professores e professoras que se dedicou para nos ensinar.

Grata por tudo, obrigada a todos.

Foi o tempo que dedicaste á tua rosa, que a fez tão importante. (O Pequeno Príncipe)

Antoine de Saint Exupéry

ÍNDICE

RESUMO.....	X
ABSTRACT	XI
LISTA DE SIGLAS	XII
LISTA DE QUADROS E TABELAS.....	XIII
1. APRESENTAÇÃO	14
1.1. Introdução.....	15
1.2. Tema.....	16
1.3. Delimitação do tema.....	16
1.4. Objetivos.....	16
1.4.1. Objetivo geral	16
1.4.2. Objetivos específicos	16
1.5. Justificativa	16
1.6. Problema de pesquisa	17
1.7. Hipótese	17
1.8. Metodologia	18
1.9. Referencial Teórico.....	20
1.10. Etapas de Pesquisa.....	20
1.11.Cronograma	22
1.10. Orçamento Financeiro	23
2. PROCESSO SÓCIO HISTÓRICO	24
2.1. Processo sócio histórico da questão sociall	24
2.2. Serviço Social e questão social.....	26
2.3. Processo sócio histórico da Educação.....	28
2.4. Legislação brasileira sobre o direito á educação.....	32
2.4.1 Constituição Federal de 1988.....	32
2.4.2 Estatuto da criança e do adolescente – Lei n 8.069/1990.....	35
2.4.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	37

2.5. Breve histórico do Serviço Social na Educação	40
3. SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA.....	45
3.1. O trabalho do Assistente social no campo da política educacional brasileira ...	45
3.2. Atribuições do Assistente social.	48
3.3. Desafios e possibilidades	51
3.4. Projeto de Lei n 836/2017.....	54
3.5. Dados sobre as expressões da questão social no ambiente escolar.....	55
3.6. Município de Limeira – SP.....	57
3.6.1 Serviço Social na gestão municipal de Limeira – SP.....	57
4. CONCLUSÃO	58
ANEXOS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

RESUMO

KORRES, Stella da Silva Korres, SANTOS, Joyce Ribeiro C. S. E SANTANA, Mirele de Pais A./ **Serviço Social na educação: A importancia da inserção do Serviço Social na política educacional brasileira.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) – Instituto de Ciências Humanas – ICH – Serviço Social, Universidade Paulista – UNIP, Santos, 2019.

Palavras-chave: social. 1 Política. 2 Educação. 3

Nesta monografia, pretende-se promover uma reflexão sobre a importância e os aspectos que perpassam pela atuação do Assistente social na política da Educação.

Nesse sentido, a discussão inicia-se a partir da relação capital X trabalho, no qual a Política da Educação a partir das lutas da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se condição importante no processo de produção de uma consciência própria e autônoma, mas ao mesmo tempo, um importante instrumento de reprodução de ideologia do sistema capitalista, que expressa nas escolas as tensões e conflitos desta relação. Nesta perspectiva, o assistente social é capacitado para compreender que, existem problemas estruturais na gestão e planejamento que comprometem as crianças e adolescentes em sua formação, sociabilidade, aprendizagem.

ABSTRACT

KORRES, Stella da Silva Korres, Santos, Joyce Ribeiro C. S. And Santana, Mirele de Pais A. **Social work in education: The importance of the insertion of Social Service in Brazilian educational policy.** Monograph (Work of Completion of Course – TCC) – Institute of Human Sciences – ICH – Social Service, Paulista University – UNIP, Santos, 2019.

Key words: Social. 1 Policy. 2 Education. 3

In this monograph, it is intended to promote a reflection on the importance and the aspects that pass through the performance of the Social Worker in the politics of Education.

In this sense, the discussion begins from the capital-labor relation, in which the Education Policy, based on the struggles of the working class for the recognition of their social rights, became an important condition in the process of producing an own conscience and autonomous, but at the same time, an important instrument of reproduction of ideology of the capitalist system, which expresses in schools the tensions and conflicts of this relation. In this perspective, the social worker is able to understand that, there are structural problems in management and planning that compromise children and adolescents in their training, sociability, learning.

LISTA DE SIGLAS

UNIP	Universidade Paulista
ICH	Instituto de Ciências Humanas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
CF	Constituição Federal
PL	Projeto de Lei
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
GTSSSEDU	Grupo de Trabalho Nacional de Serviço Social na Educação
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
UNESP	Universidade Estadual Paulista
GEPESS	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área da Educação
BA	Bahia
ART	Artigo
P.	Página

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1	Referencial Teórico.....	21
Tabela 2	Cronograma.....	23
Tabela 3	Orçamento Financeiro.....	24
Tabela 4	Dados das expressões da questão social percebidas pelos professores sobre os alunos da escola de Santo Amaro, BA.....	19
Tabela 5	Dados das expressões da questão social relatadas por alunos da escola de Santo Amaro, BA	19
Tabela 6	Dados das expressões da questão social percebidas pelos professores sobre os alunos da escola de Cachoeira, BA	20
Tabela 7	Dados das expressões da questão social relatadas por alunos da escola de Cachoeira, BA	20.

1. APRESENTAÇÃO

Perante tantos desafios postos a profissão, em meio as diversas manifestações da questão social, exige-se dos profissionais cada vez mais competência e criatividade na construção de estratégias para a intervenção profissional.

Portanto, com o intuito de encarar tais desafios, o eixo de análise desta monografia volta-se á reflexão sobre a importancia da inserção do Serviço Social na política educacional brasileira.

Entende-se, como caminho principal para transformação, a educação que é, o principal meio para que sujeitos acríticos se transformem em sujeitos conscientes.

A escola pública é um espaço que traz contradições e potencialidades inseridas no contexto sócio comunitário, sendo principalmente, um espaço privilegiado de inclusão ou exclusão da política educacional brasileira, pois expressa nas escolas, as tensões e conflitos da relação Estado e sociedade.

Sendo assim, existem problemas vivenciados pelas multifacetadas expressões da questão social, como por exemplo a fome, pobreza, miséria, a violencia, o desemprego, a falta de afeto, o trabalho infantil, entre outros, causados também, pela desresponsabilização do Estado, no qual, faz com que também, os direitos que são garantidos pela Constituição Federal de 1988, como por exemplo, a educação de qualidade, o incentivo a cidadania e proporcionar os meios de acesso á cultura, não se efetive de fato. Esta desresponsabilização e as expressões da questão social vivida dentro e fora das escolas precisam ser reconhecidas, problematizadas e enfrentadas pela esfera pública.

É nesse cenário que os assistentes sociais lutam para atuar de forma consistente com o processo de elaboração e execução da política educacional, que reflete as expressões da questão social que por sua vez, é matéria prima de trabalho desse profissional que tem, com base na sua formação teórico-metodológica, técnico operativa e seu posicionamento ético-político, possibilidade de decifrar a realidade, formular, gerir, executar, avaliar e monitorar políticas sociais, programas e projetos para então, conseguir de fato, respostas efetivas para a sua demanda.

1.1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso, pretende analisar a importância da inserção do Serviço Social na política educacional brasileira.

Perante isto, aborda-se a questão social como ponto de partida, seguindo para análise da política pública, pois na realidade educacional brasileira, existem problemas vivenciados pelas multifacetadas expressões da questão social, causada pela desresponsabilização do Estado, fazendo com que este direito não se efetive de fato.

A relação do Serviço Social e a política educacional como objeto de análise acadêmica se constitui em um tema que ao longo do tempo passou a ser explorado cada vez mais pela academia, poucas são as experiências da atuação do profissional de Serviço Social no âmbito educacional brasileiro.

No primeiro capítulo, se encontra o projeto de pesquisa, no qual aborda o interesse pelo tema, a importância da pesquisa, objetivos, entre outros.

Em seguida, no próximo capítulo, aborda-se o processo sócio histórico da questão social; do Serviço Social e questão social; da educação, perpassando pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e um breve histórico do Serviço Social na política educacional brasileira.

O último capítulo, aponta o trabalho do assistente social na política educacional; atribuições e competências; desafios e possibilidades; projeto de lei nº 863, de 2017; resultados e por fim, a conclusão.

1.2 TEMA

Serviço Social na educação.

1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A importância da inserção do Assistente Social na Política Educacional brasileira.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar a importância da inserção do Serviço Social na Política Educacional brasileira, apontando algumas expressões da questão social que reflete no âmbito escolar, para assim, mostrar resultados de escolas que já aderiram o profissional de Serviço social.

1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Apresentar o processo sócio histórico da questão social e do Serviço Social na política da educacional brasileira.

Identificar possibilidades e desafios da inserção do Serviço Social na política educacional.

Caracterizar o trabalho do assistente social na área da educação e suas atribuições.

Destacar alguns resultados de uma escola que já aderiu o profissional de Serviço Social.

1.5 JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema surgiu ao observar que continuamente, nas escolas brasileiras nestes últimos cinco anos, houve um crescente aumento alarmante nos índices de evasão escolar, alunos com baixo desempenho, alunos com problema de comportamento nas escolas, alunos que sempre dormem nas aulas, alunos desrespeitando os funcionarios das escolas, alunos praticando bullying, preconceito, racismo, violencia dentro das escolas, entre outros.

Problemas esses, que estão relacionados com a vida cotidiana fora do ambiente escolar destes alunos, por conta das multifacetadas expressões da questão social, causadas pela relação capital X trabalho, que atinge em cheio as famílias em

situação de vulnerabilidade social. No qual sendo algumas dessas expressões, a fome, a violência, a miséria, a pobreza, o desemprego, trabalho infantil, falta de afeto, entre outros.

Nesse sentido, viu-se a necessidade da contribuição deste estudo, já que o profissional de Serviço Social em sua formação, é ensinado a ter um olhar crítico da realidade, sendo capacitado pelas dimensões ético-política (consiste em adotar um posicionamento político crítico e valores éticos para lidar com as contradições da sociedade capitalista e com a questão social), teórico-metodológico (capacitação científica que permite ao profissional conhecer a realidade e identificar a essência e a origem dos fenômenos sociais relacionados a sua atuação para superar a superficialidade do senso comum) e técnico-operativo (refere-se às habilidades necessárias para mobilizar instrumentos técnicos da prática profissional cotidiana).

1.6 PROBLEMA DE PESQUISA

A educação e os espaços que ela utiliza reflete as expressões da questão social e de como o Estado e a sociedade civil tem se portado diante desses fenômenos. Os problemas que pressionam os espaços educacionais foram desenvolvidos no processo sócio histórico da relação Capital X trabalho, o que evoca a necessidade imprescindível de, tanto na interpretação dos problemas, como sua resolução de encará-los através da compreensão da totalidade social. Diante disto, indaga-se:

Qual a importância da inserção do Serviço Social na política educacional brasileira?

1.7 HIPÓTESE

O assistente social é capacitado com base na sua formação teórico-metodológica, técnico operativa e seu posicionamento ético-político, para formular, gerir, executar, avaliar e monitorar políticas sociais, programas e projetos para então, conseguir de fato, respostas efetivas para a sua demanda. Sendo possível, também, através da intervenção profissional e do trabalho em rede, na tentativa de unir escola-família-comunidade, podendo até, trabalhar por um projeto interdisciplinar, proporcionando no contra turno escolar atividades de arte-educação destinadas ao reforço escolar, lazer, esporte, cultura, qualificação profissional, cursos de geração de renda e até mesmo o desenvolvimento pessoal na condução cidadã aos alunos, as família e a própria comunidade.

1.8 METODOLOGIA

Esta monografia consiste em um estudo exploratório, pois aprofunda-se em procurar e apresentar a importância da inserção do Serviço Social na política educacional brasileira. Tendo como abordagem qualitativa, pois é capaz de identificar e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente; Sendo assim, houve um levantamento e coleta de dados sobre o tema, buscando compreender e interpretar determinados assuntos

Os métodos utilizados foram: **pesquisa científica, pesquisa social, pesquisa documental e estudo de caso.**

De acordo com Trujillo (1974), uma das principais características do **conhecimento científico** é a sistematização, pois consiste num saber ordenado, ou seja, formado a partir de um conjunto de ideias que são formadoras de uma teoria. Outro fator que caracteriza o conhecimento científico é o princípio da verificabilidade. Determinada ideia ou teoria deve ser verificada e comprovada sob a ótica da ciência para que possa fazer parte do conhecimento científico.

Ainda de acordo com Trujillo (1974), o conhecimento científico também é falível, isso significa que não é definitivo, pois determinada ideia ou teoria pode ser derrubada e substituída por outra, a partir de novas comprovações e experimentações científicas.

De acordo com Lopes (2008), **pesquisa social** é muito usada para métodos sociais por cientistas e pesquisadores sociais para aprender sobre pessoas e sociedades. Esta pesquisa nos permite projetar produtos ou serviços que se adaptam às diversas necessidades das pessoas. Qualquer tópico pode desencadear uma investigação social: um novo recurso, uma nova tendência de mercado ou a atualização de alguma tecnologia.

De acordo com Fonseca (2002), a **pesquisa bibliográfica** é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer

trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta .

Ainda de acordo com Fonseca (2002), A **pesquisa documental** trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

Já o **estudo de caso**, continuando com Fonseca (2002), pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador.

1.9 REFERENCIAL TEÓRICO

TABELA 1

Autores	Referencia	Fundamentos
Alejandra Pastorine	A categoria “Questão social” em debate. (2007)	A questão social se expressa pelo conjunto de desigualdades sociais, influenciadas pela relação capital X trabalho.
Iamamoto e Carvalho	Relações sociais e serviço social no Brasil. (2015)	Aspectos históricos, teoria e pratica do Serviço Social.
Maria Piana	Serviço Socvial e educação. (2015)	Reflexão sobre a atuação do Serviço Social na política educacional brasileira.
Paulo Freire	Educação como prática da liberdade. (1999)	Reflexão sobre educação, liberdade e conscientização.

1.10 ETAPAS DE PESQUISA:

1° Etapa: Orientação – Nesta etapa, exposta as devidas orientações, passo a passo de como fazer o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

2° Etapa: Escolha do grupo – Após as devidas orientações, escolheu-se os integrantes por critério de afinidade.

3° Etapa: Escolha do tema e delimitação - Nesta etapa, escolheu-se o tema e a delimitação do tema, respectivos aos interesses do grupo.

4° Etapa: Referencia Teorica – Nesta etapa buscou-se o referencial teórico para facilitar as pesquisas.

5° Etapa: Pesquisa bibliografica – Nesta etapa, começou-se as pesquisas bibliograficas.

6° Etapa: Reunião de grupo – Nesta etapa, o grupo reuniu-se para discutir sobre as pesquisas e produções textuais elaboradas.

7° Etapa: Formatação – Nesta etapa, foi elaborada a formatação com base nas normas da Associação Brasileiras de Normas Técnicas (ABNT).

8° Etapa: Correção – Nesta etapa, o grupo participou de mais uma orientação para corrigir os capitulos 1, 2 e 3.

9° Etapa: Entrega do trabalho - Nesta etapa, combinou-se de entregar o TCC pronto para a banca ler e analisar.

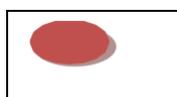
10° Etapa: Defesa do TCC – Nesta etapa, acontecerá a apresentação em defesa deste TCC.

1.11 CRONOGRAMA

TABELA 2

Etapas	Ago. 2018	Set. 2018	Out. 2018	Nov. 2018	Dez. 2018	Jan. 2019	Fev. 2019	Mar. 2019	Abr. 2019	Mai. 2019	Jun. 2019
Orientação	●										
Escolha do grupo	●										
Escolha do tema e deimitação	●										
Busca por referencial teórico		●	●	●	●	●	●	●	●		
Pesquisa bibliografica		●	●	●	●	●	●	●	●		
Reunião de grupo	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
Formatação										●	
Correções							●			●	
Entrega do TCC										●	
Apresentação em defesa do TCC										●	

Concluído



1.12 ORÇAMENTO FINANCEIRO

TABELA 3

Recursos	Descrição	Valor R\$
Transporte	Passagem	1.485
Alimentação	Comida	2.000
Papelaria	Cadernos, canetas, lápis, borracha, pastas, xerox, cópias, encadernação.	1300
Total:		4.785

2. PROCESSO SÓCIO HISTÓRICO

2.1 PROCESSO SÓCIO HISTÓRICO DA QUESTÃO SOCIAL.

Tomando conhecimento de que a questão social se expressa através das desigualdades sociais geradas por meio da relação capital versus trabalho, é necessário compreender seu contexto histórico.

Por volta do final do século XVIII, com o processo de industrialização ocorrido no Brasil, começaram a se intensificar as demandas da classe trabalhadora frente as exigências do sistema de produção capitalista. Diante dessas exigências, passou a haver um confronto de interesses, no qual, de um lado, tinha-se a burguesia investindo na expansão do capital, visando à lucratividade, e, por outro lado, a classe trabalhadora que lutava por melhores condições de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Os trabalhadores, para manter-se, necessitam vender a sua força de trabalho aos capitalistas, condição fundamental do processo de acumulação que, multiplica cada vez mais o número de proletários, recebendo em forma de salário o mínimo necessário a manutenção de sua sobrevivência, o que possibilita a extração do que Marx (1996), denomina de mais-valia, condição essencial para reprodução e acumulação do capital.

Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. As condições de sua venda, quer seja mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua continua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital. O salário[...] condiciona sempre por sua natureza o fornecimento de determinado quantum de trabalho não-pago por parte do trabalhador. (MARX, 1996, p. 251)

Neste momento, têm-se as expressões da questão social agravadas pela exploração da mão de obra operária, cujas consequências principais foram a longa jornada de trabalho, os baixos salários, as péssimas condições do ambiente de

trabalho, a vulnerabilidade, bem como a perda da identificação do trabalhador com o produto final do seu trabalho.

Ao mesmo tempo em que a questão social se expressa pelas desigualdades sociais, ela também se caracteriza pela resistência, através da qual o operariado passa a ter consciência de classe, se organizando politicamente mediante criação de sindicatos e partidos para lutar pelos seus direitos, bem como realizando várias manifestações.

Trata-se da dupla perspectiva expressa pela questão social, da qual se refere lamamoto (2012, p. 18), “Do ponto de vista da Igreja Católica, a questão social, antes de ser econômico-política, é uma questão moral e religiosa”, que está associada a um desvio de conduta do indivíduo.

Como aborda lamamoto (2012), essa instituição religiosa reporta-se à caridade como meio de reformação de caráter, visando preservar a ordem social.

Na década de 30, a Igreja Católica passa a ter suas ações de caráter caritativos, subsidiados pelo Estado. Nesse período, o enfrentamento da questão social se dará também pela coerção policial, imposta pelo Estado, para controlar a classe trabalhadora, intimidando suas manifestações sociais.

Contudo, a partir da década de 40, essa repressão policial não se mostrava mais eficaz para conter o avanço do movimento operário. Neste mesmo período, a profissão de Serviço Social passou a ser requisitada pelo Estado para que pudesse manter o controle deste, sobre a classe trabalhadora.

Para tanto, o Serviço Social é institucionalizado, de modo a mediar os interesses do Estado através de instituições filantrópicas. Com isso, a organização estatal assumiu não um papel político, mas um papel paternalista, por meio do qual o Estado mistificava os direitos, que deveriam ser garantidos à sociedade, em favores, caridade e filantropia.

A partir da Constituição de 1988, o enfrentamento da questão social ocorre por meio das políticas públicas, mais especificamente por meio das políticas sociais, quando se passa a ter a noção de direito e a procurar medidas de enfrentamento e viabilização desses direitos. Segundo Boschetti (2007, p. 51), “as políticas sociais e a formação de padrões de proteção são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento, em geral setorializadas e fragmentadas, as expressões

multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo o fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho”.

Atualmente, as expressões da questão social se naturalizou, o que conforme lamamoto (2012, p. 163), se justifica através da “transformação de suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados de pobreza ou em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais”. Essa naturalização, segundo Netto (2001), implica na perda da estrutura histórica determinada da questão social. Diante da afirmação supramencionada, analisa-se, por conseguinte, que a compreensão de questão social, bem como as formas de seu enfrentamento, continua mantendo aspectos conservadores de suas origens, o que leva a perceber que o presente ainda se remete ao passado.

2.2 SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL.

No Brasil, o Serviço Social surge num contexto de forte industrialização, onde o/a Assistente Social atuava nas instituições assistenciais, executoras das políticas sociais (YAZBEK, 2009). Isso porque, é neste âmbito que o Estado necessitava de um profissional para controlar, mediar e amenizar os conflitos trazidos/reivindicados pela classe trabalhadora, no período de industrialização. Nesse sentido, é que as políticas sociais podem ser compreendidas enquanto estratégia de governo para o controle do modo de produção capitalista (VIEIRA, 1992).

Compreende-se que a “[...] a “questão social” não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária, frente ao capitalismo e ao Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 77). Posta esta peculiaridade nacional das políticas sociais, é que as primeiras formas do exercício da profissão restringiam-se ao campo da mediação, porém, num tratamento moralista, a-histórico e individualizado no enfrentamento das expressões da “questão social” – que sobre este contexto era compreendida como problemas sociais, os quais deveriam ser “resolvidos e sanados” no âmbito da família, de fato como algo de cunho moral. Estas práticas conservadoras dos profissionais estavam, até a segunda metade dos anos 1940, ligadas às protoformas do Serviço Social

(IAMAMOTO; CARVALHO, 2008), isto é, às práticas vinculadas aos princípios da Igreja católica, pautados no tomismo¹ e neotomismo², assim como denota o Código de Ética profissional de 1947 (BARROCO, 2003). Em síntese, a categoria profissional esteve, num primeiro momento, atendendo tanto ao interesse do Estado quanto aos preceitos e princípios da igreja católica. Em seu desenvolvimento passou, a partir de 1960, a sofrer influências do Serviço Social norte-americano, o que resultou na tecnificação da profissão, ancorando-se no método positivista-funcionalista, ainda numa perspectiva ética fundada em preceitos conservadores. Mas, a partir do Movimento de Reconceituação na América Latina, passou a ter contato com as ciências sociais, entrando num movimento de ruptura com o conservadorismo, questionando o significado social da profissão (YAZBEK, 2009). Daí a compreensão do compromisso com a classe trabalhadora, após o Congresso da Virada, que marca a ruptura com o conservadorismo, princípios expressos no Código de Ética profissional de 1986. Esse posicionamento se expressou, entre outras coisas, na participação de profissionais Assistentes Sociais durante o processo de formulação da Constituição Federal de 1988, principalmente no âmbito da Política de Assistência Social (YAZBEK, 2009). Ainda, nesse processo de redemocratização do país, momento pós-ditadura militar, a partir da progressiva aproximação da teoria social de Marx e, afirmando-se contra a exploração da força de trabalho e em favor de princípios e valores emancipatórios, ocorre a construção do Código de Ética de 1993, por meio do qual se expressa e assume o direcionamento da profissão, isto é, o compromisso com o ser humano-genérico, contra qualquer forma de exploração, opressão, preconceito e arbitrariedade (BARROCO, 2003; CFESS, 2013).

Nota dos autores: **Tomismo**¹, de acordo com Vásquez (2000) é a filosofia escolástica de São Tomás de Aquino (1225-1274), o **tomismo** foi o grande responsável por apresentar aceitável solução para a contradição entre fé e razão, delimitando-as em campos distintos, gerando uma filosofia do Ser, inspirada na fé, com a teologia científica. A filosofia tomista é por excelência a metafísica ao serviço da teologia. / **Neotomismo**², Ainda de acordo com Vásquez (2000) , neotomismo é uma corrente filosófica surgida no século XIX com o objetivo de reviver e atualizar a filosofia e a teologia de santo Tomás de Aquino -- o tomismo -- a fim de atender aos problemas contemporâneos. Baseia-se, como o tomismo, na filosofia aristotélica para esclarecer e justificar racionalmente a revelação divina do cristianismo.

2.3 PROCESSO SÓCIO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO.

Com a era colonial, os portugueses tinham o objetivo de alcançar grandes lucros através da produção, mas sem se preocupar com a estrutura econômica, cultural, política e educacional do povo que morava no país.

O sistema educacional brasileiro sofreu grande influência da Igreja Católica, com a chegada dos padres jesuítas, que por dois séculos foram, praticamente, exclusivos educadores do Brasil. (PIANA, 2009).

Conforme Piana (2009), com o regime jesuíta voltado para os colonos com base na catequização, o ensino que tinha nesse período era da educação tradicional.

A estrutura social era formada por escravos, senhores de engenho, grandes latifundiários e os funcionários da coroa. Devido essa formação da estrutura social, a elite não tinha interesse de ampliar o ensino para atingir a classe menos favorecida, por isso, a educação era inexistente e excludente.

Mesmo a educação sendo para a classe dominante do poder monetário, o atendimento feito para a sociedade era precário, os filhos da elite eram mandados para a Europa ou para os grandes centros urbanos para receber a educação, em geral, eram formados para dar continuidade aos interesses políticos, econômicos do país.

Com a expulsão dos jesuítas, a tendência de ensino fortaleceu o método tradicionalista que tinha como característica a centralidade do professor na transferência de conhecimentos para os alunos através da autoridade, e de limitava na repetição dos conteúdos e memorização dos mesmos. (ARANHA,1996, pág. 90).

Como ressalta Aranha (1996), década de 1930, na Era Vargas, foram adotadas medidas para diminuir o prejuízo decorrente da crise econômica do país em 1929, adotando como medidas a restrição das importações dos bens de consumo, contribuindo assim com o fortalecimento da produção Industrial.

Uma das primeiras mudanças no governo Vargas, no campo educacional, foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, que versava sobre questões relativas ao ensino e a saúde no Brasil. Passados dois anos, um grupo de intelectuais dentre eles: Anísio Teixeira sendo um dos percursores, lançam o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Nesse Manifesto, eles propunham que o Estado organizasse um plano geral de educação e definisse a bandeira de uma escola universalizada, pública e gratuita a todos.

Esse Manifesto foi de grande valia, pois a partir dele houve uma grande repercussão na Assembleia Constituinte de 1934 trazendo como resultado a ideia de um Plano Nacional de Educação.

O Manifesto apresenta-se, pois, como um instrumento político [...]. Expressa a posição do grupo de educadores que se aglutinou na década de 20 e que vislumbrou na Revolução de 1930, a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país. O ensejo para isso se manifestou por ocasião da IV Conferencia Nacional de Educação realizada em dezembro de 1931, quando Getúlio Vargas, chefe do Governo provisório, presente na abertura dos trabalhos ao lado de Francisco Campos, que se encontrava à testa do recém-criado Ministério de Educação e Saúde Pública, solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo. (SAVIANI, 2004, pág. 34)

Os pioneiros faziam uma crítica à escola tradicional, dizendo que esta tendência era direcionada a uma classe social economicamente privilegiada.

No final do século XIX, houve várias transformações sociais, políticas e econômicas, decorrente a Segunda Revolução Industrial, e que não tinha mais espaço para um modelo de escola tradicional, por este motivo surge a Escola Nova.

A Escola Nova surge para nortear caminhos novos para a educação, ela é vista como um manejo para superar a pedagogia da essência, para a pedagogia de existência.

Segundo Aranha (1996) a pedagogia da existência, volta-se para a problemática do indivíduo único, diferenciado, que vive e interage em um mundo dinâmico. (ARANHA, 1996, pág. 167).

Nesta tendência, o professor é um facilitador de aprendizagem, sendo a criança o centro do processo. O professor ao ministrar um conteúdo, nesta tendência, espera-se que a criança passe do decorado para o saber livre da autoridade severa.

No sistema da avaliação, a competição e as punições são substituídas pela cooperação e solidariedade. A Escola Nova veio para garantir a formação dos indivíduos através dos ideais liberais.

Compreende-se o ideário escola novista a partir da situação social e econômica em que foi gerado. Nesse sentido, a escola nova é típica representante da pedagogia liberal, (...) A crescente industrialização da sociedade contemporânea, com suas rápidas transformações, requer a ampliação da rede escolar, bem como uma escola que preparava para o novo, além do mais, as esperanças de superação das desigualdades sociais encontram na adequada escolarização uma promessa de mobilidade social. (ARANHA, 1996, pág. 168).

Como aponta Aranha (1996), no Brasil, a Escola Nova recebeu várias críticas feitas pelos católicos conservadores, pois detinham o monopólio da educação elitista e tradicional do país. Uma das críticas era que, para eles a Escola Nova não exigia das crianças os conteúdos tradicionais e que acreditava na espontaneidade deles.

Com o Estado Novo no período de 1937 a 1945, a Escola Nova perde sua força e retoma somente na década de 50, quando prega uma educação universal, gratuita e democrática, mas a contraponto a ampliação dos ideais do liberalismo brasileiro, resultando assim na diferenciação da educação dos filhos dos operários e na dos filhos da elite. Por falta de estrutura e dinheiro as escolas públicas se desqualificaram impossibilitando novas didáticas.

Após a Segunda Guerra Mundial, teve o surgimento do Estado populista desenvolvimentista que trouxe mais reformas, surgindo assim um movimento em prol da escola pública, universal e gratuita, que efetivou-se com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1967).

Nessa época, o Brasil ganha um educador formidável, Paulo Freire, que com um novo método de ensino como alfabetização e a educação de base amplia o meio de aprendizagem para todas as classes sociais. (PIANA, 2009).

Para Freire (1980), a Educação não poderia ser vista apenas uma ferramenta para a transmissão de conhecimentos, mas sim, uma educação capaz de emancipar a pessoa, tornando crítico na realidade que vive. O pensamento de

aprendizagem que consistia em passar o homem como condição de “objeto” para a de “sujeito”. (FREIRE, 1980).

Ainda de acordo com Freire (2002, p. 14), “formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas”. Referindo-se a ideologia do neoliberalismo que visa prioritariamente o preparo para o mercado de trabalho competitivo. (FREIRE 2002 pág. 14)

Freire (2002) fala ainda que a educação é um exercício de ética, não a ética formal que regula e gere profissões, mas uma ética maior, que condena a fala neoliberalista, que não se conforma com a exploração do trabalhador, que despreza as desvantagens, que acredita numa sociedade mais justa, que é regida pela luta contra o preconceito de qualquer espécie, em enfim, a ética nos transforma de animais da espécie humana em seres humanos.

Os movimentos que lutavam por um novo modo de pensar, em que os brasileiros fossem vistos como cidadãos de direito, tiveram seu êxito na década de 80 e, levaram à elaboração da maior conquista neste aspecto: A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nela, a Educação passa a ser determinada como um direito total, intransigente e gratuito garantido pelo Estado, direito do cidadão e dever do Estado.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, art. 215,1988).

A partir de então, a educação é encarada como meio para garantir não só a aprendizagem cognitiva, mas também, como meio para alcançar a cidadania. Na política de Educação é previsto um ensino através da troca de saberes, no qual educador e educando saibam respeitar suas diferenças, tanto na liberdade de escolha, como a liberdade de expressão. Em conjunto com outras políticas, a Educação passou a ter responsabilidade pelo desenvolvimento pleno do aluno.

Nos anos 90, com a expansão do neoliberalismo, as configurações do mundo do trabalho mudaram e passou a ser preciso mãos-de-obra especializada e qualificada,

para uma colocação que fosse além de subemprego. (ANTUNES, 1995). Assim, a Educação passou a ser pensada como modo de preparo para a inserção do cidadão no mercado de trabalho do capitalismo selvagem, trazendo assim, aspectos de manutenção da ordem vigente apesar de todos os novos ideais constituídos pelas novas legislações.

Freire (2002) fala ainda que a Educação é um exercício de ética, não a ética formal que regula e gere as profissões, mas uma ética maior que condena a fala neoliberalista, que não se conforma com a exploração do trabalhador, que despreza as maledicências, acredita numa sociedade mais justa, que é regida pela luta contra o preconceito de qualquer espécie, enfim, a ética nos transforma de animais da espécie humana em seres humanos

Após a promulgação da Constituição de 1988, vieram novas leis e normativas que caminhavam cada vez mais para a consolidação de uma Educação emancipatória: Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB em 1996, no qual trouxe para os cidadãos consciência crítica e capacidade de luta por direitos, principalmente das crianças e adolescentes.

2.4 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O DIREITO A EDUCAÇÃO (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988, ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 8.069/90 E LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO 9.394-96).

O direito à educação, bem como o acesso e permanência na escola é um direito garantido por legislações, seja na Constituição Federal – CF. (1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. (8.096/90) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (9.394/96).

2.4.1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

A declaração do Direito à Educação na Constituição Federal de 1988 aparece no artigo 6º Dos Direitos Sociais, no qual diz que:

[...] a Educação, bem como a moradia, o trabalho, o lazer a saúde, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, são direitos sociais, na forma desta Constituição. (Brasil, art. 6, 1988).

Direito este, desenvolvido e regulamentado pelo poder público, que segundo seu entendimento, a educação passa a ser questão de interesse público. Portanto, cabe a União legislar a política da Educação e aos estados, distrito federal e municípios organizar o sistema educacional, pois, segundo a Constituição Federal de 1988, a educação é dever o Estado e da família, evidente no artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, art. 205,1988).

O artigo 205, da Constituição Federal de 1988, é claro quanto à obrigatoriedade do Estado na garantia do direito à Educação, não apenas oferecer a educação gratuita nos estabelecimentos oficiais, como também estabelecer políticas públicas para a ampliação do sistema educacional com a colaboração da sociedade. Define também os deveres da família quanto à obrigatoriedade de matricular os filhos na escola. (BRASIL,1988).

O artigo 206, estabelece princípios que devem nortear a Educação escolar, mas que na prática, não acontece de fato, sendo eles:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V. Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas

e títulos, aos das redes públicas;

VI. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII. Garantia de padrão de qualidade.

VIII. Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

O artigo 208 da CF de 1988, trata da obrigatoriedade de atendimento a todos os níveis e etapas da Educação, bem como determina que todas as crianças entre quatro e dezessete anos devem estar matriculadas na escola, seja da zona rural ou urbana, apresente ou não necessidades especiais. (BRASIL. 1988).

O artigo 210 da CF de 1988, assegura ao ensino fundamental, os valores culturais e artísticos nacionais e regionais, bem como esse ensino deve ser ministrado em língua portuguesa e língua materna, assegurada as comunidades indígenas.

No artigo 211, da CF de 1988, é determinado que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sejam responsáveis pelos seus sistemas de ensino. Os artigos 212 e 213 definem o percentual da arrecadação de impostos de cada esfera, destinados a educação.

O artigo 204, da CF de 1988, refere-se ao Plano Nacional de Educação, que deverá ser integrado com todas as esferas federativas, a fim de alcançar os objetivos necessários para a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do País e o estabelecimento de meta de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

A Constituição Federal de 1988 é a Lei máxima nacional, no entanto, para que os direitos sejam realmente garantidos, é necessário à elaboração e aprovação de outras Leis. No caso da Educação temos leis importantes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA / 8.069/90 / e a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional – LDB / Lei 9.394/96/.

2.4.2. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA – LEI 8.069/1990 E A EDUCAÇÃO.

O ECA foi criado pela Lei 8.069, sancionada em 13 de julho de 1990, e se tornou um marco legislativo no país. É o amparo legal à criança e ao adolescente em toda sua amplitude. Sua doutrina predominante é a da proteção integral.

O artigo 53, do ECA/1990, aponta que, “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Nesse sentido, a lei assegura:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Direito de ser respeitado por seus educadores;
- III. Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV. Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V. Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Para que estes direitos sejam observados, o ECA também estipula os deveres do Estado, no qual, de acordo com o artigo 54, são:

- I. Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II. Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV. Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V. Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI. Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- VII. Atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Sendo o ensino obrigatório, de acordo com o artigo 55, cabe aos pais ou responsáveis a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino. De acordo com o artigo 56º, os estabelecimentos de ensino comunicarão ao Conselho Tutelar caso haja:

- I. Maus-tratos envolvendo seus alunos;
- II. Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- III. Elevados níveis de repetência.

O artigo 58 preve que no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.

Já no artigo 59, menciona que os municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

2.4.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

- **Lei de Diretrizes e Bases de 1961**

A primeira LDB foi publicada no ano de 1961, pelo presidente João Goulart, quase trinta anos após ser prevista pela Constituição Federal de 1934. Essa lei representou uma grande mudança no ensino nacional, pois nessa época o ensino era conservador. Tais mudanças, de acordo com o Ministério da Educação (1961):

1. Dar mais autonomia aos órgãos estaduais, diminuindo a centralização do poder no MEC, (art. 10);
2. Regulamentar a existência dos Conselhos Estaduais de Educação e do Conselho Federal de Educação (art. 8 e 9);
3. Garantia do empenho de 12% do orçamento da União e 20% dos municípios com a educação (art. 92);
4. Obrigatoriedade de matrícula nos quatro anos do ensino primário (art. 30);
5. Formação do professor para o ensino primário no ensino normal de grau ginásial ou colegial (art. 52 e 53)
6. Formação do professor para o ensino médio nos cursos de nível superior (art. 59);
7. Ano letivo de 180 dias (art. 72);
8. Ensino religioso facultativo (art. 97)
9. Permite o ensino experimental (art. 104);

Sendo assim, o início de mudanças necessárias para que a educação brasileira se modernizasse.

- **Lei de Diretrizes e Bases de 1971**

A LDB de 1971, foi publicada durante o regime militar, pelo presidente Emilio Garrastazu, que visava o descongestionar o sistema e possibilitar a expansão do acesso á escola pública, que, por conta da pressão da sociedade, propôs reformar o ensino, tendo como principais características:

1. Um núcleo comum para o currículo de 1º e 2º grau e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais (art. 4).
2. Inclusão da educação moral e cívica, educação física, educação artística e programas de saúde como matérias obrigatórias do currículo, além do ensino religioso facultativo (art. 7).
3. Ano letivo de, no mínimo, 180 dias e 90 dias de trabalho escolar efetivo (art. 11)
4. Ensino de 1º grau obrigatório dos 7 aos 14 anos (art. 20)
5. Educação a distância como possível modalidade do ensino supletivo (art. 25)
6. Formação preferencial do professor para o ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, em habilitação específica no 2º grau (art. 30 e 77)
7. Formação preferencial do professor para o ensino de 1º e 2º grau em curso de nível superior ao nível de graduação (art. 30 e 77)
8. Formação preferencial dos especialistas da educação em curso superior de graduação ou pós-graduação (art. 33)
9. Dinheiro público não exclusivo às instituições de ensino públicas (art. 43 e 79)

10. Os municípios devem gastar 20% de seu orçamento com educação, não prevê dotação orçamentária para a União ou os estados (art. 59)

- **Lei de Diretrizes e Bases – 1996**

A atual Lei 9394/96 foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal, estabelecendo os princípios, definindo responsabilidades, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e os Municípios.

Com a promulgação da Constituição de 1988 e a entrada em vigor da Lei nº 9394/96 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional verifica-se o aparecimento de elevado número de normas e dispositivos legais que proporcionam um avanço à legislação educacional. Sendo composta por 92 artigos que versam sobre os mais diversos temas da educação brasileira, desde o ensino infantil até o ensino superior.

De acordo com a LDB de 1971, diversas mudanças em relação aos anos anteriores, como a inclusão infantil, creches e pré-escolas como primeira etapa da educação básica, conforme a proposta abaixo:

1. Gestão democrática do ensino público e progressiva autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira das unidades escolares (art. 3 e 15)
2. Educação básica obrigatória e gratuita (art. 4)
3. Carga horária mínima de oitocentas horas distribuídas em duzentos dias na educação básica (art. 24)
4. Prevê um núcleo comum para o currículo do ensino fundamental e médio e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais (art. 26)

5. Formação de docentes para atuar na educação básica em curso de nível superior, sendo aceito para a educação infantil e as quatro primeiras séries da fundamental formação em curso Normal do ensino médio (art.62)
6. Formação dos especialistas da educação em curso superior de pedagogia ou pós-graduação (art. 64)
7. A União deve gastar no mínimo 18% e os estados e municípios no mínimo 25% de seus respectivos orçamentos na manutenção e desenvolvimento do ensino público (art. 69)
8. Dinheiro público pode financiar escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas (art. 77)
9. Prevê a criação do Plano Nacional de Educação (art.87).

A LDB de 1996 reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal, estabelecendo os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração entre União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

2.5 BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A relação entre o Serviço Social e a educação se deu a partir de imposições da classe dominante sobre a classe trabalhadora no que se refere à sua “formação ética, intelectual e moral” (CFESS, 2014), para garantir as condições necessárias para a reprodução do capital. De modo que, em seu período conservador, a intervenção do Serviço Social na educação obedecia a uma “lógica desenvolvimentista voltada para a preparação social dos indivíduos, a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital” (AMARO, 2011, p. 19).

Esta relação no âmbito nacional tem seus primórdios nos anos de 1936, data da criação da primeira escola de serviço social no Brasil. Porém, “[...] é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político

profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento da inserção do serviço social na área da educação” (CFESS, 2011, p. 5).

Na Constituição Cidadã de 1988, Serviço Social e educação estão sob o mesmo título “Da ordem social”. Esta, em seu artigo 205 afirma que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Assim como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, contribuiu para estreitar essa relação, estabelecendo “proteção integral à criança e ao adolescente, abrangendo, entre outros mecanismos de ações, a educação e a assistência social” (ECA, 1990). No âmbito educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei n.º 9.394/1996 “disciplinou a educação escolar vinculando-a ao mundo do trabalho e à prática social” (DENTZ; SILVA, 2015, p.11).

Em 2001, o CFESS criou um “grupo de estudos sobre o serviço social na educação”, o que resultou num documento em forma de brochura – “Serviço Social na Educação” –, em que “se problematizou a função social da escola, a educação como um direito social, a contribuição do serviço social para a garantia do direito à educação e a escola como instância de atuação do/a assistente social (CFESS, 2011, p.5).” O documento também torna explícito um parecer jurídico referente a “implantação do serviço social nas escolas de ensino fundamental e médio” (CFESS, 2011, p.6). Nos encontros da categoria que se seguiram, o foco na relação serviço social e educação fora aprofundado de modo a fomentar o debate em torno deles.

Desta forma, o assistente social, como agente executor das políticas públicas passa a vislumbrar não somente mais uma área de atuação, mas também a possibilidade de redefinir suas possibilidades interventivas diante da ampla demanda que se apresenta na área educacional. Segundo Almeida (2000):

As demandas para os assistentes sociais recaem em diversas situações sobre a necessidade de trabalho com famílias e com as crianças e

adolescentes, não é raro, contudo, as solicitações de trabalho com os próprios professores. Abre-se, assim, um campo de atuação bastante promissor e estratégico. Sem deixar de lado a ação junto ao campo educacional – mediada pelos programas e ações assistenciais que têm marcado o trabalho dos assistentes sociais –, podem estes profissionais agora atuar por dentro da política educacional, com questões que lhes são centrais, como a formação permanente dos educadores e com a ampliação das práticas educacionais, não mais numa perspectiva complementar ou paralela e sim curricular (ALMEIDA, 2000, p. 23).

O assistente social justifica sua presença no âmbito da educação se colocando como um profissional que pode contribuir para a inserção e emancipação do indivíduo na sociedade a partir da viabilização das políticas educacionais. Assim, difere-se da figura do professor no tocante ao trato com o aluno, por possuir em sua formação uma visão social mais direcionada, assim, podendo elucidar questionamentos advindos da demanda educacional através de orientações, encaminhamentos e projetos educacionais. Estes instrumentos, implementados no interior das instituições de ensino e na comunidade escolar, proporcionam meios de promoção da cidadania, possibilitando o alcance do verdadeiro sentido da educação: a emancipação humana.

A partir dos anos de 1940 há um relevante número de produções na área do serviço social, geradas por trabalhos de conclusões de cursos advindas das escolas de serviço social, que demonstram a atuação do serviço social nas escolas. Estas produções afirmam a existência da necessidade da atuação profissional dos assistentes sociais nas instituições escolares. “No acervo bibliográfico das primeiras escolas de serviço social do país constata-se a requisição, por parte do Estado, de uma intervenção sistematizada do profissional de serviço social junto à educação e mais especificamente junto à escola” (WITIUK, 2004, p. 27).

Como ressalta Amaro (2011), a visão conservadora do serviço social em relação à atuação nas instituições escolares perdura até os anos de 1970, em que a profissão inicia seu processo de renovação e ruptura com o conservadorismo, a partir da sua aproximação da às teorias marxistas.

Ainda de acordo com o autor, os assistentes sociais são imbuídos da função de:

[...] examinar a realidade social e econômica dos alunos e das famílias; identificar situações de desajuste social; orientar professores, pais e alunos sobre esses desajustes; fazer triagem de alunos que necessitassem de material escolar, transporte, entre outros; elaborar relatórios de suas ações; articular escola e comunidade; orientar comunidades e famílias na responsabilidade quanto ao processo educativo dos filhos (AMARO, 2011, p. 19).

O período de reconceituação do serviço social foi de vital importância para a atuação profissional nos diversos campos de intervenção, dentre eles a escola, visto que provocou uma modificação na percepção e interpretação do profissional frente as suas demandas de trabalho.

O assistente social modifica também sua relação com a classe trabalhadora, visto que, entendendo e reconhecendo as necessidades desta, o serviço social toma para si a responsabilidade da luta pela oferta e garantia de direitos desta classe, reconhecendo-se ainda, como parte dela, ao tempo em que passa a levantar em suas bandeiras a defesa de uma sociedade justa e igualitária.

Dentre os objetivos e metas que se espera alcançar com a chegada do assistente social na escola, conforme a lei 336/1983 destacam-se que:

É objetivo geral do serviço social na escola concorrer para a plena realização desta instituição educadora, socializadora, integradora, transformadora e conscientizadora, com vistas ao desenvolvimento social. Parágrafo 1º - São objetivos específicos do serviço social na escola: Identificar nos processos sociais as causas que impedem a plena participação dos elementos envolvidos no âmbito da educação para o alcance da qualidade de vida compatível com os direitos e exigências humanas; Propor alternativas e possibilitar a participação e integração da escola no conjunto da sociedade como um todo, com o objetivo de que essas causas sejam eliminadas e o processo de desenvolvimento social, ao nível educacional, se transforme de acordo com os direitos e exigências humanas; Participar na formulação e implementação das políticas sociais e seus respectivos planos que forem formados ao nível da educação sistemática e assistemática; Parágrafo 2º - Para a consecução do disposto neste artigo, utilizar-se-á da metodologia específica do serviço social, e dos meios institucionais: planejamento escolar, programas de lazer, cultura, integração escola comunidade, das entidades e

associações auxiliares já existentes: Centros Cívicos e Associações de Pais e Mestres (SÃO PAULO, Lei nº 336, 1983).

Assim, o profissional do serviço social pauta sua ação na busca pela emancipação humana, em qualquer campo ou área de atuação que a profissão se faça presente. A escola apresenta-se como um espaço bastante propício para a ação profissional, visto a vasta dinâmica de relações pessoais e sociais contidas no interior do espaço escolar.

Os assistentes sociais encontram nas escolas diversas situações que necessitam de uma observação crítica por parte do profissional, para que este seja capaz de fundamentar sua ação em favor da classe trabalhadora. Nessa conjuntura, o profissional deve respaldar suas ações relacionando o indivíduo à sociedade na qual ele se insere, buscando subsídios que lhe permitam uma vida mais satisfatória e socialmente mais justa.

Nesse sentido, percebe-se a modificação do enfoque do trabalho do assistente social no âmbito da escola, pois o profissional passa a ser requisitado também para atuar com os demais componentes do universo escolar e não apenas restrito aos alunos e suas famílias, mas também junto a outros agentes envolvidos com processo educativo: os trabalhadores da escola, visando ainda à melhoria das condições de vida e de trabalho destes trabalhadores.

3. O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

3.1 O ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA.

O debate sobre a inserção do profissional do Serviço social na educação não é recente. A única dimensão recente é o crescimento pela discussão e das experiências que vem criando espaços de discussões e articulações que, por sua vez, vem desencadeando processos em vários municípios e estados do Brasil.

A discussão é sobre a inserção desse profissional no campo da educação. E isso faz uma diferença enorme quando se refere à efetivação de direitos sociais e à classe trabalhadora e seus filhos e filhas. Compreendendo a educação como um direito social e reconhecendo seus níveis, como explicitado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

Desde sua promulgação, em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vem redesenhando o sistema educacional brasileiro em todos os níveis: da creche, desde então incorporada aos sistemas de ensino, às universidades além de todas as outras modalidades de ensino, incluindo a educação especial, profissional, indígena, no campo e ensino a distância. (LDB, 2010, p.3).

Este tópico da LDB destaca a atenção a demandas da classe trabalhadora, um campo tão amplo e abundante das expressões da questão social. É preciso compreender que a luta não é pelo espaço escolar, mas pelo campo da educação como via de formação de sujeitos e de efetivação de direitos.

Entendendo a escola como um dos espaços de atuação do assistente social, deve-se contemplar a comunidade escolar, compreendendo ela, como um mar cheio de vidas: professores, servidores, famílias, estudantes e a comunidade no entorno da escola. De acordo com Paulo Freire (1980),

:A escola é. o lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos Escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima. O coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente [...]. (FREIRE, 1980).

A sociabilidade que o sistema capitalista impõe tem criado canários muito delicados no âmbito da educação, que não pode se reduzir ao pragmatismo do mundo do emprego, o qual vem dificultando intensamente todos os níveis da educação. Esse é o percurso desenhado por uma dimensão capitalista, neoliberal, focada no mercado, como bem sinaliza Ney Teixeira Almeida, em seu parecer escrito á pedido do Grupo de Trabalho Nacional de Serviço Social na Educação do Conjunto (GTSSSEDU), CRESS/CFES:

A escola pública e, mesmo, a particular, na esfera do ensino fundamental, se vê atravessada por uma série de fenômenos que, mesmo não sendo novos ou estranhos ao universo da educação, hoje se manifestam de forma muito mais intensa e complexa: a juventude e seus processos de afirmação de reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo, a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos, a invasão da cultura e da força do narcotráfico, a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais, a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica, a desprofissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado, a gravidez na adolescência tornando o formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho docentes, são algumas das muitas expressões da questão social. (GTSSSEDU p. 18, 2005)

Sobre tudo, o trabalho em rede com os sujeitos da comunidade escolar, que, por sua vez, colocarão as escolas, as universidades e os espaços não formais de aprendizagem, campos da atuação do serviço social, para atuar na consolidação da rede de direitos sociais. A educação e os espaços que ela utiliza reflete as expressões da questão social e de como o Estado e a sociedade civil tem se portado diante desses fenômenos. Os problemas que pressionam os espaços educacionais foram desenvolvidos no processo sócio histórico da relação Capital X trabalho, o que evoca a necessidade imprescindível de, tanto na interpretação dos problemas como sua resolução, encará-los através da compreensão da totalidade social.

A partir disso, o GTSSSEDU desenvolveu sete linhas de desenvolvimento para o

campo de ação profissional do assistente social como possibilidade de atuação, visando:

- Serviço Social nas escolas;
- Serviço Social na assistência estudantil;
- Relação escola-família-comunidade;
- Juventude e destinos sociais;
- Comunidade escolar e desenvolvimento local;
- Educação, Serviço Social e desenvolvimento social;
- Direitos humanos e educação.

Nesse sentido, o Serviço Social na educação é específico, mas isso não quer dizer que seja isolado, único ou exclusivo. Constitui-se o desafio de atuar a partir da interdisciplinaridade, , Mec (2002):

(...). É importante enfatizar que a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários. Explicação, compreensão, intervenção são processos que requerem um conhecimento que vai além da descrição da realidade mobiliza competências cognitivas para deduzir, tirar inferências ou fazer previsões a partir do fato observado (Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. Brasília: MEC, 2002, p. 88 e 89).

Passaram-se séculos dissociando, separando, fragmentando, especializando o que atualmente clama por uma visão conjunta. Necessita-se de olhares para a educação, seja ela em que nível for, não para encher os espaços, mas para que se possa fazer dos espaços educacionais, espaços da construção da condição humana de todos os sujeitos.

3.2 ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL

As atribuições e as competências dos/as profissionais de Serviço Social, que podem ser realizadas na política da educação ou em outro espaço sócio ocupacional devem ser orientadas e norteadas pela Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993), pelo Código de Ética Profissional de 1993, bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), pois são esses instrumentos que estabelecem direitos, deveres e princípios norteadores da ação profissional e, portanto, devem ser observados e respeitados pela categoria profissional (CFESS, 2011).

As competências permitem ao profissional realizar a análise crítica da realidade e construir estratégias necessárias para responder às demandas sociais, no qual, de acordo com o artigo 4º da Regulamentação da profissão, Lei nº 8662/93, são as 10 competências do Assistente Social:

- I. Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III. Encaminhar providencias, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população;
- IV. Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- V. Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VI. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

- VII. Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- VIII. Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- IX. Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- X. Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Neste sentido, o profissional somará a equipe e, contribuirá ao pleno direito social por uma educação de qualidade, colocando em prática suas atribuições, junto ao Código de Ética de 1993, no qual trata da ação profissional e estabelece normas de condutas que priorizam em seus princípios fundamentais:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza social produzida;

- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito á diversidade, á participação de grupos socialmente discriminados e á discussão das diferenças.
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito ás correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados á população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social. Gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CRESS,1993)

Portanto, é necessário que os/as Assistentes sociais baseie suas condutas segundo os princípios fundamentais descritos acima, colocando sua fundamentação teórica em prática, dotado de técnicas e conhecimentos gerais e específicos.

3.3 DESAFIOS E POSSIBILIDADES

O sistema capitalista tem na Política da Educação um importante instrumento de reprodução de sua ideologia e ao mesmo tempo, a partir das lutas da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se condição importante nos processos de produção de uma consciência própria e autônoma, por parte dessa classe e de suas frações (ALMEIDA, 2011).

A escola é um espaço público que traz contradições e potencialidades inseridas no contexto sócio comunitário, sendo principalmente, um espaço privilegiado de inclusão ou exclusão na política educacional brasileira, pois expressa as tensões e conflitos da relação Estado e sociedade.

A Educação está preconizada nos aparatos legais e garantida pela CF 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1988)

Porém, sabe-se que na realidade educacional brasileira, existem problemas vivenciados pelas multifacetadas expressões da questão social causada pela desresponsabilização do Estado, fazendo com que este direito não se efetive de fato. Estas expressões da questão social vivida dentro e fora das escolas precisam ser reconhecidas, problematizadas e enfrentadas pela esfera pública.

Diante de todos esses fatores, tem-se as famílias brasileiras, em sua grande maioria, sofrendo as consequências da precarização decorrente desse sistema excludente, que lhes impõe que para que tenham o mínimo de condições para garantir a sua sobrevivência e se reproduzir socialmente, tenham que trabalhar o máximo de tempo possível, tendo cada vez menos tempo de acompanhar e oferecer o suporte educacional a seus filhos. Como afirma Almeida (2012),

Partindo da compreensão de que a sociedade capitalista organiza um modo de produzir as riquezas sociais, sustentada numa desigualdade basilar entre aqueles que detêm os meios de produzi-la e aqueles que

dependem da venda de sua força de trabalho para viver, as condições de satisfação das diferentes necessidades sociais, sejam elas aqueles provenientes do corpo ou espírito, são também profundamente desiguais. (ALMEIDA, 2012, p.98.).

De acordo com Amaro (2012), entende-se que é na escola que se extremam as sequelas das marcas da violência, preconceito, marginalização, analfabetismo, pobreza, fome, desemprego, exploração sexual, trabalho infantil, falta de afeto, exclusão social, evasão escolar, segregação, entre outros.

A educação é um direito social, que aos poucos está degradado, pois o Estado ao longo do tempo se desresponsabilizou de suas obrigações, repassando assim, para o setor privado, prejudicando imensamente o ensino brasileiro. „A política de educação pode ser concebida também como expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado nas lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social.” (ALMEIDA , p.3, 2005).

O confronto entre direito e o dever, no qual se deve, mas não se executa, é uma lacuna que o assistente social poderá dar diretrizes atendendo a demanda da sociedade contemporânea, nesta era tecnológica, no qual se tem novos modelos de convivência social.

Sendo a escola um espaço favorável para ministrar a articulação em rede, uma vez que se encontra no território, cabe então, através de esforços coletivos e uma construção entre os profissionais envolvidos em um atendimento interdisciplinar, articular as redes e buscar estratégias que para dar respostas qualificadas às demandas apresentadas, trabalhando na efetivação dos direitos sociais, unindo escola, família e comunidade.

O assistente social é capacitado para compreende que, existem problemas estruturais de gestão e planejamento que comprometem as crianças e adolescentes em sua formação, sociabilidade, aprendizagem, como também, por exemplo, que há casos de problemas comportamentais dos alunos que não se “ajustam” ao modelo pré-estabelecido pela escola, refletindo em baixo nível de aprendizagem e até mesmo na evasão escolar desse aluno, no qual há toda uma historicidade por trás

daquele desfecho, não podendo então, julgar e culpabilizar o aluno, sem se fazer um estudo aprofundado para descobrir o real motivo que ocasiona esta e outras situações.

Por tanto, a inserção dos Assistentes Sociais nos estabelecimentos educacionais, principalmente nas escolas, não é só um desejo desta categoria profissional, sendo uma necessidade sócio histórica. É nesse cenário que os assistentes sociais lutam para atuar de forma consistente com o processo de elaboração e execução da política educacional, que reflete as expressões da questão social que por sua vez, é matéria prima de trabalho desse profissional que tem, com base na sua formação teórico-metodológica, técnico operativa e seu posicionamento ético-político, possibilidade de decifrar a realidade dos processos sociais em sua totalidade, para intervir de forma que minimize estas expressões da questão social.

3.4 PROJETO DE LEI n- 863/2017.

O Projeto de Lei 863/2017, trata da inclusão de assistentes sociais e psicólogos/as na rede de educação básica do Estado de São Paulo. O projeto de lei teve parecer favorável por todas as comissões pelas quais passou em 2018, dentre elas, Educação e Cultura; Constituição e Justiça, Finanças, Orçamento e Planejamento. Em dezembro de 2018 foi solicitada a urgência em sua tramitação, porém, somente agora, neste ano de 2019, essa pauta entrou em debate novamente.

A discussão ganhou força com a publicação em Diário Oficial de novos projetos de lei com propostas semelhantes, motivados pela tragédia na Escola Raul Brasil, em Suzano, que aponta para a urgência de equipes multidisciplinares nas escolas.

Durante a audiência pública realizada em setembro de 2018, dentre os encaminhamentos propostos pelo CRESS/SP, os principais eram o de ajustar algumas incongruências ao projeto de lei, como nomenclatura de assistentes sociais (e não profissionais de assistência social) e também a contratação por meio de concurso público vinculado à Secretaria de Educação (e não mais a Secretaria de Assistência e Saúde como previsto no documento). Ao final da audiência, o indicativo era convocar os conselhos presentes para contribuir com o texto da matéria, o que acabou não acontecendo.

De qualquer maneira, os apontamentos feitos pela conselheira estadual Patricia Ferreira da Silva durante a audiência, foram considerados (na medida do possível) e incorporados ao documento original, representando um importante avanço na matéria.

O CRESS/SP acompanhará com as demais entidades envolvidas os desdobramentos desse projeto de lei. De acordo com o CRESS/SP, se aprovado, será fundamental a solicitação de uma agenda com o governo para organizar a estruturação do setor de serviço social e psicologia dentro da Secretaria de Educação, com o indicativo de criação de uma resolução própria que regule a atividade, bem como dos concursos públicos para essa finalidade.

3.5 DADOS SOBRE AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

A partir de estudos feitos em algumas escolas do estado da Bahia, pelo GTSSSEDU no ano de 2011, usou-se para demonstrar algumas expressões da questão social no ambiente escolar duas municípios: Santo Amaro (gráfico 1 e 2) e Cachoeiras (gráfico 3 e 4).

Gráfico 1 - Refere-se á percepção dos professores sobre os problemas da vida dos alunos, onde apenas 9% das respostas sinalizam a dimensão da aprendizagem. Todas as demais questões, referem-se a problemas existentes fora do ambiente escolar, no qual está relacionado com o modelo de vida das famílias.



Gráfico 2 – Baseia-se no que os professores ouviram dos estudantes em sala de aula, a partir de relatos que os próprios alunos conversavam entre sí.

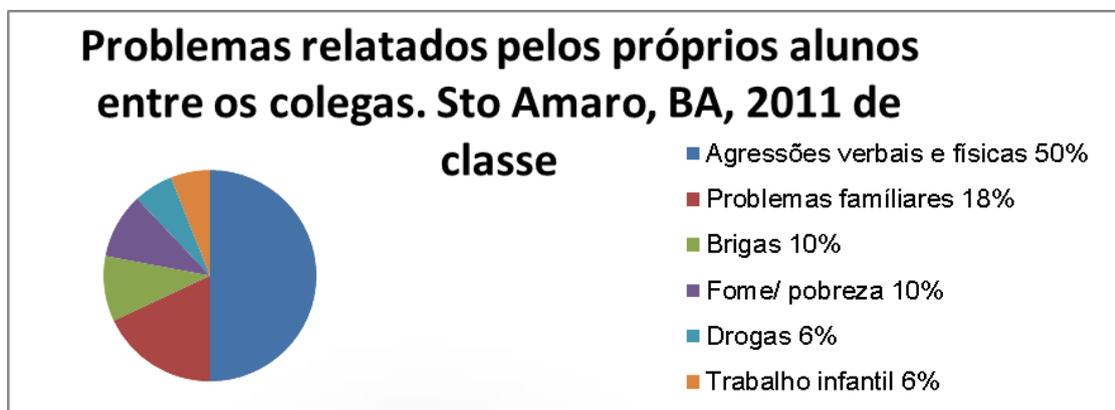


Gráfico 3 - Refere-se á percepção dos professores sobre os problemas da vida dos alunos.

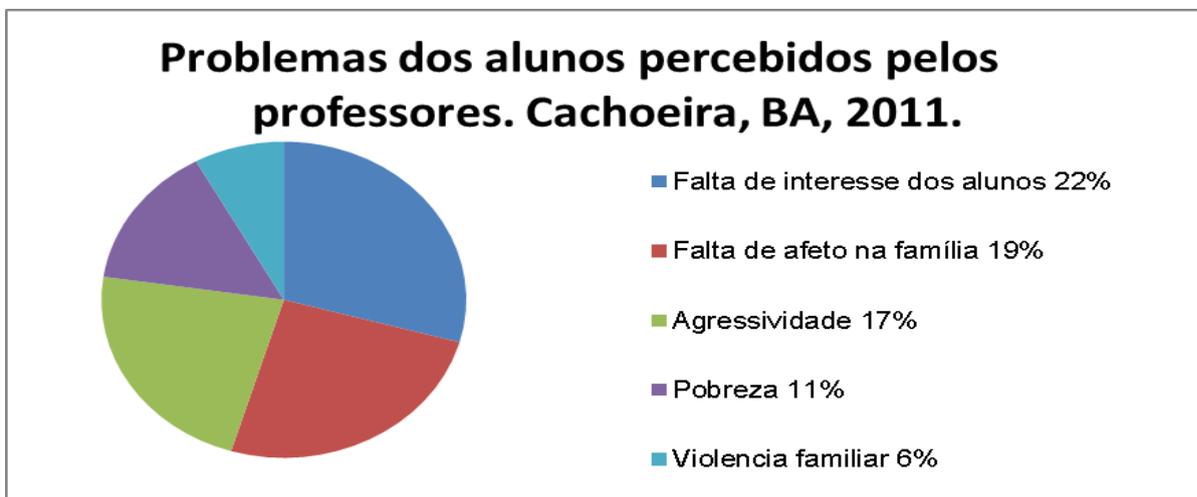
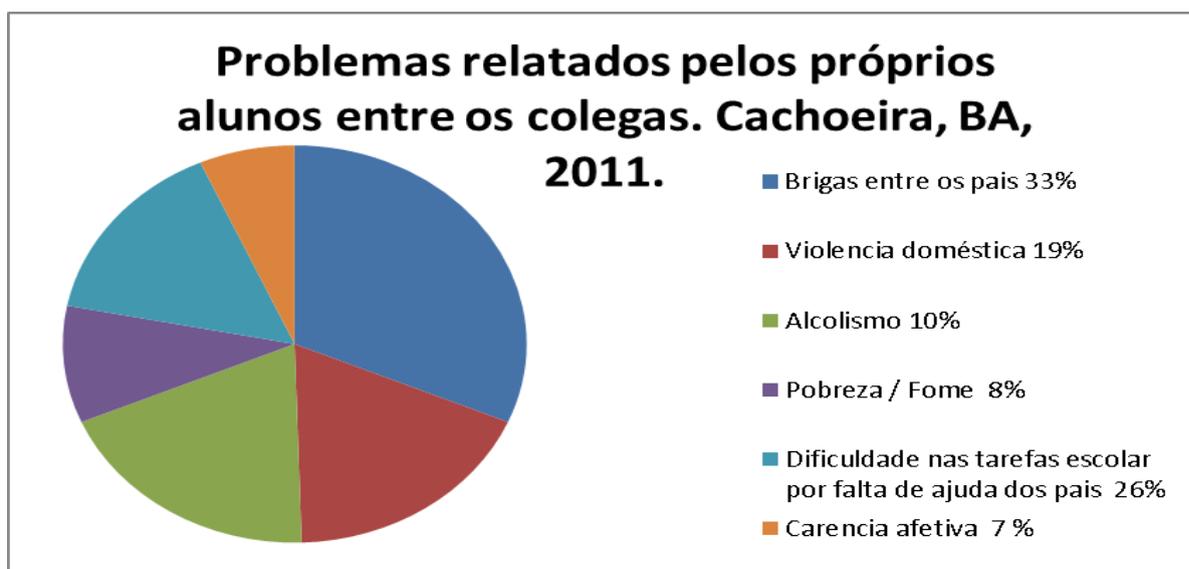


Gráfico 4 - Baseia-se no que os professores ouviram dos estudantes em sala de aula, a partir de relatos que os próprios alunos conversavam entre sí



É notório que os problemas percebidos pelos professores e pelos próprios alunos, estão envolvidos diretamente com a vida íntima dos alunos, com as famílias, tendo toda uma historicidade por traz de cada expressão da questão social, que deve ser reconhecidas, problematizadsas e enfrentadas.

Parece claro que o interesse dos alunos e de seus pais pelo aprendizado não perpassa por uma vontade, uma escolha, mas, sobretudo, se encontra condicionado ás dimensões da vida cotidiana dessas famílias, que vivem frente a frente copm as expressões da questão social ena mais absoluta pobreza. PEREIRA (2000) aponta como “mínimos sociais”.

3.6 MUNICÍPIO DE LIMEIRA – SP

Limeira é um município brasileiro situado no leste do estado de São Paulo, sua população estimada pelo IBGE em 2009 era de 281.853 habitantes.

A Prefeitura de Limeira, o CRESS (Conselho Regional de Serviço Social – Seccional de Campinas) e o Gepesse (Unesp de Franca) promoveram o Encontro Estadual de Serviço Social na Educação: Política de educação em análise, experiências profissionais e os desafios da profissão. O evento como comemoração aos 20 anos do setor de Serviço Social Escolar da Secretaria de Educação de Limeira, que é referência nacional.

Dentre alguns temas, cita-se alguns como, atividades educativas emancipadoras, os desafios contemporâneos do Serviço Social na Política de Educação Brasileira, o Serviço Social na educação: experiências de trabalho no Estado de São Paulo. Ocorreram ainda três oficinas: Gestão democrática e participação da família na escola; Política de educação e a intersectorialidade no território da escola; e Educação especial: a inclusão de crianças com deficiência na rede regular de ensino.

3.6.1 SERVIÇO SOCIAL GESTÃO MUNICIPAL DE LIMEIRA –SP

A equipe do setor de Serviço Social Escolar em Limeira conta com 39 assistentes sociais, além de duas estagiárias e três assistentes administrativos. A equipe atua em toda a política municipal de educação, com foco em três aspectos principais: o desenvolvimento integral do aluno, a permanência na escola e o acesso à educação. Para a coordenadora do setor, Maria Helvira Andrade, a principal contribuição para a cidade nesses 20 anos de atuação é a diminuição da evasão escolar, ampliação de vagas em creche, a participação da família na escola e a garantia dos direitos sociais dos alunos e de suas famílias no acesso às políticas públicas.

A experiência deste setor tornou-se referência nacional na área do Serviço Social e objeto de estudos de inúmeras pesquisas.

Porém, ainda se encontra poucos estudos, levantamentos, índices qualitativos e quantitativos mostrando resultados da inserção deste profissional na política educacional brasileira.

3.7 CONCLUSÃO

Conclui-se que, diante das fragilidades que as escolas brasileiras tem enfrentado, é necessário que o Estado implemente políticas de intervenção em prol de melhorias na educação, focalizando não somente no ensino, mas analisar quais os motivos e como intervir para solucioná-los.

No atual cenário do país, percebe-se que muitos atos que violam os direitos de alunos tem passado despercebido ou se percebidos, são ignorados. Assim, entende-se que o Assistente social, enquanto profissional capacitado para trabalhar com as expressões da questão social, pode e deve exercer sua profissão no espaço escolar, objetivando empoderar e fortalecer a autonomia dos alunos, das famílias e comunidade.

Essa perspectiva traz a compreensão de que os Assistentes sociais devem trabalhar para que os sujeitos dentro das escolas, sejam estimulados a refletirem sobre a realidade social a qual fazem parte, para que se sintam encorajados a buscar transformá-la, além de acompanhá-los nesse processo preocupando-se em entender a realidade dos alunos e suas famílias, reconhecendo-as, para enfrentá-las.

Exige-se também, esforços coletivos e uma construção entre os profissionais envolvidos, articulando o trabalho em rede. Sendo a escola, um espaço privilegiado para proporcionar esta articulação em rede, uma vez que está no território e as crianças permanecem bastante tempo neste local.

A luta dos/as assistentes sociais contra as debilidades da educação no país precisa se fazer notória nos espaços públicos, constituindo-se através de ações mobilizadoras que direcionam os sujeitos e profissionais envolvidos com a educação e representantes políticos a refletirem sobre estas questões e, se unirem nesta luta, entendendo que este projeto defende a consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

Torna-se clara a importância de compreender a necessidade do Serviço Social na política educacional brasileira, no qual o espaço escolar pode ser usado como instrumento de luta contra a violência, a exclusão social e as mais variadas expressões da questão social e as diferentes formas de violação dos direitos dos

alunos, dos familiares, da comunidade, através de atividades de arte-educação, esporte, cultura, lazer, da conscientização, enfim, de atividades que una os alunos, as famílias e a comunidade junto a escola, pois juntos, sempre somos mais fortes, reconhecendo assim, que essa luta pertence á nação e não especificamente á uma categoria.

3.8 ANEXO

ANEXO 1. PROJETO DE LEI (PL) – INSERÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLA

PROJETO DE LEI Nº 863, DE 2017

"Dispõe sobre a implantação de assistência social e de profissionais de psicologia na rede pública de educação básica."

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - O Poder Público deverá assegurar atendimento por assistentes sociais e psicólogos aos alunos da rede pública de educação básica que dele necessitarem, atendendo as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1.º O atendimento previsto no caput deste artigo por equipes multiprofissionais será prestado por psicólogos vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS e por assistentes sociais vinculados aos serviços públicos de assistência social.

§ 2.º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem dos alunos, com a participação da comunidade escolar atuando na mediação das relações sociais e institucionais, bem como no acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos alunos em situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, onde contará com a colaboração das famílias e dos órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

Artigo 2º - Compete ao Serviço Social Escolar:

- I- Efetuar levantamento de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar;
- II- Elaborar e executar programas de natureza sócio familiar, visando à prevenção da evasão escolar e a melhoria do desempenho do aluno;

- III- Integrar o Serviço Social Escolar a um sistema de proteção social amplo, operando de forma articulada outros benefícios e serviços sócio assistenciais, voltados aos pais e alunos no âmbito da educação em especial, e no conjunto das demais políticas sociais, instituições privadas e organizações comunitárias locais, para atendimento de suas necessidades;
- IV- Coordenar os programas assistenciais já existentes na instituição;
- V- Realizar visitas domiciliares com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, possibilitando assisti-lo adequadamente;
- VI- Participar em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como o esclarecimento sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;
- VII- Elaborar e desenvolver programas específicos nas escolas onde existam alunos egressos das classes especiais;
- VIII - Empreender outras atividades pertinentes às prerrogativas inerentes ao profissional assistente social, não especificadas neste artigo.

Parágrafo único: O Serviço Social Escolar será exercido por profissionais habilitados nos termos da Lei Federal nº 8.662, de 07 de junho de 1993 e modificações respectivas, observadas as condições estabelecidas em lei.

Artigo 3º - Compete aos profissionais de Psicologia:

I – Diagnosticar, prevenir e trabalhar os diversos problemas do cotidiano escolar que dificultam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos;

II - Atuar junto às famílias, corpo docente, discente, direção e equipe técnica, com vistas à melhoria do desenvolvimento humano dos alunos, das relações professor-aluno e aumento da qualidade e eficiência do processo educacional, através de intervenções preventivas, podendo recomendar atendimento clínico, quando julgar necessário;

III– dar atenção especial à identificação de comportamento antissocial relacionado a problemas de violência doméstica, assédio escolar, conhecido como bullying, abuso sexual e uso de drogas.

Parágrafo único: *A assistência psicológica será prestada por profissionais devidamente habilitados, que permanecerão nas dependências da instituição durante o período escolar.*

Artigo 4º - Os sistemas de ensino, de saúde e assistência social disporão de um ano, a partir da publicação desta lei, para tomarem as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei (PL) tem como objetivo tornar fundamental a contratação de Assistentes Sociais e Psicólogos para os estabelecimentos de ensino público. Nos dias de hoje, meninos e meninas são destruídos em detrimento da dependência química e da violência, e a escola, na maioria das vezes, é um solo privilegiado para se entender e neutralizar esses fenômenos.

A proposta de um Serviço Social e psicológico nas escolas terá dentre suas diversas atribuições atuar de maneira educativa, crítica e reflexiva, desenvolvendo ações voltadas para os alunos da escola e seus familiares, considerando a realidade socioeconômica e cultural da comunidade onde vivem.

Essa proposta sinaliza que a escola não se limita somente à educação formal nas salas de aula, mas exerce um papel fundamental na formação cidadã dos educandos, contemplando um conjunto de atividades desempenhadas dentro e fora dela.

O atendimento por profissionais especializados possibilita apoiar e orientar os alunos e suas famílias, em busca de melhores alternativas para o sucesso no processo de aprendizagem e de integração escolar e social. Da mesma forma, os professores poderão ser orientados sobre como agir na sala de aula e em outras circunstâncias, em relação às situações que possam interferir negativamente nos processos individuais e coletivos de aprendizagem.

Nessa perspectiva são esses profissionais que irão contribuir na construção de uma ponte que permita interligar a família, a comunidade e a escola com a intenção de suprir as necessidades de toda a comunidade escolar, evitando assim, a evasão e colaborando no alcance efetivo do sucesso escolar e inserção social desses alunos.

Assim, relevando-se a importância do objeto desta propositura, aguarda-se a anuência dos nobres pares para aprovação do presente Projeto de Lei. Sala das Sessões, em 13/9/2017.

ANEXO 2. Slides - Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, power point.

Serviço Social na Educação

Joyce Santos – RA: D01FFE5
Mirele Santana – RA: N1097F8
Stella Korres – RA: D065572
Orientador: Dr. Evandro Prestes Guerreiro Santos – SP, 15 de Maio de 2019.

Resumo do TCC

- Serviço Social na política educacional brasileira.
- Os/as Assistentes sociais são capacitados pelas dimensões ético-política, teórico-metodológico e técnico-operativo.

Palavras-Chaves: Social, Política, Educação.

Cap. 1: Projeto de Pesquisa

- **Tema:** Serviço Social na educação.
- **Delimitação do tema:** A importância da inserção do Serviço Social na política educacional brasileira.

Cap. 1: Projeto de Pesquisa

- **Objetivo Geral:** Apresentar a importância da inserção do Serviço Social na política educacional brasileira, apontando algumas expressões da questão social que refletem no âmbito escolar, para assim, mostrar resultados já obtidos através da inserção deste profissional.
- **Objetivos específicos:**
 - ✓ Apresentar um breve histórico da relação da questão social e do Serviço Social na educação.
 - ✓ Identificar possibilidades e desafios da inserção do Serviço Social na política educacional.
 - ✓ Caracterizar o trabalho do Assistente social na área da educação e suas atribuições.

Cap. 1: Projeto de Pesquisa

• **Problema de pesquisa:**

Qual a importância da inserção do Serviço Social na política educacional brasileira?

• **Hipótese:**

Gerir, executar, avaliar e monitorar políticas sociais, programas e projetos. Almejando assim, através da intervenção profissional, a garantia de direitos sociais no âmbito educacional, na tentativa de unir escola-família-comunidade, trabalhando por um projeto interdisciplinar, proporcionando no contra turno escolar atividades de arte-educação destinadas ao reforço escolar, lazer, esporte, cultura, qualificação profissional, cursos de geração de renda e até mesmo o desenvolvimento pessoal na condução cidadã aos alunos, as família e a própria comunidade.



Cap. 1: Projeto de Pesquisa

• **Metodologia:**

Esta monografia consiste em um propósito de natureza exploratória, pois aprofunda-se em procurar uma resposta sobre a importância da inserção do Serviço Social na política educacional brasileira.

Tendo como pesquisas bibliográfica, documental e abordagem qualitativa, pois houve levantamentos e coleta de dados sobre o tema, buscando compreender e interpretar determinados assuntos.



Cap. 1: Projeto de Pesquisa

• **Cronograma da pesquisa:**

Etapas	Ago. 2018	Set. 2018	Out. 2018	Nov. 2018	Dez. 2018	Jan. 2019	Fev. 2019	Mar. 2019	Abr. 2019	Mai. 2019	Jun. 2019
Orientação	●										
Escolha do grupo	●										
Escolha do tema e delimitação	●										
Busca por referencial teórico		●	●	●	●	●	●	●	●		
Pesquisa bibliográfica		●	●	●	●	●	●	●	●		
Reunião de grupo	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
Formatação											●
Correções							●				●
Entrega do TCC										●	●
Apresentação em defesa do TCC										●	●



Concluído ●

Cap. 2: Fundamentação Teórica

• **Tabela de Correlação teórica:**

Autoria	Referencia	Fundamento
Alejandra Pastorine	A categoria "Questão social" em debate.	A questão social se expressa pelo conjunto de desigualdades sociais, interrelacionadas pela relação capital X trabalho.
Samuel e Canallo	Relações sociais e serviço social no Brasil.	Analisa e argumenta sobre institucionalização do Serviço Social no país. Analisa, com rigor metodológico, não só o fazer profissional no campo da teoria, mas a formação do profissional desde o surgimento do ofício.
Maria Plava	Serviço Social e educação.	Reflexão sobre a atuação do Serviço Social na política educacional brasileira.
Patric Freire	Educação como prática da liberdade.	Reflexão sobre educação, liberdade e conscientização.



Cap. 2: Fundamentação Teórica



• Citação de autores:

A escola pública e, mesmo, a particular, na esfera do ensino fundamental, se vê atravessada por uma série de fenômenos que, mesmo não sendo novos ou estranhos ao universo da educação, hoje se manifestam de forma muito mais intensa e complexa: a juventude e seus processos de afirmação de reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo, a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos, a invasão da cultura e da força do narcotráfico, a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais, a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica, a desprofissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado, a gravidez na adolescência tornando o formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho docentes, são algumas das muitas expressões da questão social. (CRESS/CFESS 2005 p. 18)



Cap. 3: Intervenção profissional



• Intervenção profissional:

Sete linhas de desenvolvimento para o campo de ação profissional do assistente social como possibilidade de atuação, visando:

- ✓ Serviço Social nas escolas;
- ✓ Serviço Social na assistência estudantil;
- ✓ Relação escola-família-comunidade;
- ✓ Juventude e destinos sociais;
- ✓ Comunidade escolar e desenvolvimento local;
- ✓ Educação, Serviço Social e desenvolvimento social;

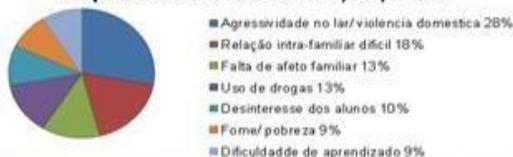


Cap. 3: Intervenção profissional



• Resultados:

Problemas dos alunos percebidos pelos os professores. Sto Amaro, BA, 2011



Problemas relatados pelos próprios alunos entre os colegas. Sto Amaro, BA, 2011 de classe



Cap. 3: Intervenção profissional



Resultados:

Problemas dos alunos percebidos pelos os professores. Cachoeira, BA, 2011.



- Falta de interesse dos alunos 22%
- Falta de afeto na família 19%
- Agressividade 17%
- Pobreza 11%
- Violência familiar 6%



Problemas relatados pelos próprios alunos entre os colegas. Cachoeira, BA, 2011.



- brigas entre os pais 33%
- Violência doméstica 19%
- Absentismo 10%
- Pobreza/ Fome 8%
- Dificuldade nas tarefas escolar por falta de ajuda dos pais 26%
- Carencia afetiva 7%

Cap. 3: Intervenção profissional



Resultados da pesquisa:

- ✓ Projeto de Lei 863/2017, que trata da inclusão de assistentes sociais e psicólogos/as na rede de educação básica do Estado de São Paulo.
- ✓ Projeto de Lei não promulgado.
- ✓ Escola Raul Brasil, Suzano – SP



Cap. 3: Intervenção profissional



Resultados da pesquisa:

- ✓ Limeira é um município brasileiro situado no leste do estado de São Paulo, sua população estimada pelo IBGE em 2009 era de 281.853 habitantes.
- ✓ A equipe do setor de Serviço Social Escolar em Limeira conta com 39 assistentes sociais.
- ✓ Desenvolvimento integral do aluno, a permanência na escola e o acesso à educação.
- ✓ Ampliação de vagas em creche, a participação da família na escola e a garantia dos direitos sociais dos alunos e de suas famílias no acesso às políticas públicas



Conclusão



- Conclui-se que, diante das fragilidades que as escolas brasileiras tem enfrentado, é necessário que o Estado implemente políticas de intervenção em prol de melhorias na educação, focalizando não somente no ensino, mas analisar quais os motivos e como intervir para solucioná-los.
- No atual cenário do país, percebe-se que muitos atos que violam os direitos de alunos tem passado despercebido ou se percebidos, são ignorados.

Conclusão



- Assim, entende-se que o Assistente social, enquanto profissional capacitado para trabalhar com as expressões da questão social, pode e deve exercer sua profissão no espaço escolar, objetivando empoderar e fortalecer a autonomia dos alunos, das famílias e comunidade.
- Torna-se clara a importância de compreender a necessidade do Serviço Social na política educacional brasileira, no qual o espaço escolar pode ser usado como instrumento de luta contra a violência, a exclusão social e as mais variadas expressões da questão social e as diferentes formas de violação dos direitos dos alunos, dos familiares, da comunidade; reconhecendo assim, que essa luta pertence à nação e não especificamente a uma categoria.

Referência



- Silva, Marcela Mary José. Serviço Social na Educação: teoria e prática. Bahia, Papel social, 2012.
- Piana, maria cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. Org: cultura academica, 2009.
- Serviço Social- trabalho e políticas públicas. Almeida, Ney L. Teixeira. Alencar, Monica Maria Torres. Saraiva,
- Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Iamamoto, Marilda Villela. Carvalho, Raul. Cortez, 2012
- Fontoura, Amaral. Diretrizes e bases da educação nacional: introdução, crítica, comentários, interpretação. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1968.
- SANTOS, Josiane Soares. Questão Social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012

ANEXO 3. Banner da apresentação, no Social Meeting Some, 2018 - Serviço Social

O protagonismo do jovem através da arte-educação.

Pesquisadores: Joyce Ribeiro, Mirele Santana e Stella Korres.

Orientação científica: Dr. Evandro Prestes Guerreiro



Resumo: O objetivo deste trabalho é mostrar que a arte-educação é muito mais do que uma simples matéria escolar, sendo também, uma ferramenta de inserção social de jovens, visando fortalecer o desenvolvimento pessoal, levando-o assim, a condução cidadã. Neste contexto, o Assistente Social tem um papel fundamental, pois é ele que está capacitado para formular, executar, coordenar e avaliar programas e projetos sociais, para intervir em uma determinada realidade, tendo sempre um propósito quando criado, o de transformar realidade estudada.

Palavras-chaves: Protagonismo. Jovem. Arte-educação. Serviço Social.

Fundamento teórico:

“Se estudar, para nós, não fosse quase sempre um fardo, se ler não fosse uma obrigação amarga a cumprir, se, pelo contrário, **estudar e ler** fossem fontes de **alegria e prazer** (...) teríamos índices melhor relevantes da qualidade de nossa educação.” (Paulo Freire)



Disponível em: www.razoesperaaacreditar.com

Resultados: Espera-se contribuir para a reflexão sobre o trabalho Assistente Social no protagonismo dos jovens, através da arte-educação, visando fortalecer o desenvolvimento pessoal, e a condução cidadã dos jovens

Referências: O protagonismo do jovem através da arte-educação_artigo



Material e métodos:

Essa pesquisa científica é de caráter exploratório, quando busca identificar e explicar o protagonismo do jovem através da arte-educação. As fontes utilizadas incluem pesquisas bibliográficas a respeito do Serviço Social e a arte-educação. Já sobre projetos sociais, foi disponibilizada informações através de pesquisas de campo que foram realizadas.

3.9 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA

AVILA, Heleni e RIBEIRO, Alessandra. Seminário Nacional de Serviço Social na Educação: Educação não é mercadoria, é direito social. Maceió. CFESS. Manifesta, 2012

BARBOSA, Mayra de Queiroz. A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira. Campinas: Papel Social, 2015

DA SILVA, Marcela Mary José. Serviço social na educação: teoria e prática. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 24.ed. – São Paulo, Cortez, 2013.

SANTOS, Josiane Soares. Questão Social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

AMARO, Sarita. Serviço social na educação: bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

Schneider e Maria do Carmo Hernandorena. Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades/ Organização de Glaucia. – Porto Alegre: CMC, 2012.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira. Campinas: Papel Social, 2015.

CFESS. Serviço Social na Educação. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Ed. Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. Política e Educação. Ed. Cortez, 2003.

SANTOS, Josiane Soares. Questão Social: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012 (Coleção biblioteca básica de serviço social; v.6).

FONTOURA, Amaral. Diretrizes e bases da educação nacional: introdução, crítica, comentários, interpretação. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1968.

BUTTIGIG, J. A. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2003

Iamamoto, M. V.; CARVALHO R. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica-metodológica, 2004.

PREFEITURA de Limeira. Serviço Social na Educação.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do Assistente social, 2005.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2004.

ARAÚJO. N. M. S. O Serviço Social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 93, ano XXIX, p. 05- 28, mar. 2008.

QUINTA, Professora. Pesquisa científica: depoimento. Entrevistador: Ana Carolina Vichiatt Arguim. Imbituba: UNISUL, 2015.

SANTOS, Nelma Souza dos. Serviço Social e Educação: Contribuições do Assistente Social na Escola.